

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

05/12/2024

No dia cinco de dezembro de 2024 foi realizada a reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do MorenoPrev, na sede do Instituto, contando com a participação de Elisângela e Demétrius, representantes da Diretoria Executiva, e dos membros do Conselho Deliberativo Lea Vieira, Aguinaldo Sena e Jefferson Ferreira. A pauta principal da reunião foi a análise final e a aprovação da proposta da nova Política de Investimentos, conforme apresentado pela Diretoria Executiva em reuniões anteriores. A sessão foi iniciada pela Diretora Executiva Elisângela, que deu as boas-vindas a todos os presentes e registrou a importância do momento para a consolidação de diretrizes estratégicas que irão nortear os investimentos do Instituto ao longo do próximo exercício financeiro. Em seguida, foi aberta a palavra ao Conselho Deliberativo para que apresentasse suas considerações preliminares acerca da proposta em análise. O conselheiro Jefferson Ferreira foi o primeiro a se manifestar, destacando que as premissas utilizadas na formulação da Política de Investimentos estão corretas e bem fundamentadas. Em sua fala, Jefferson enfatizou a importância de manter uma postura conservadora na gestão dos recursos previdenciários, especialmente considerando o cenário econômico atual, marcado pela dificuldade de rentabilização e pela volatilidade dos mercados. Reforçou, ainda, que o conservadorismo na política de alocação é necessário para assegurar a proteção do patrimônio do Instituto e a preservação dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários futuros. Na sequência, a conselheira Lea Vieira fez uso da palavra para manifestar sua preocupação com a rentabilidade dos investimentos em um horizonte de longo prazo. Lea destacou a importância de garantir que os recursos do MorenoPrev permaneçam investidos por períodos mais extensos, uma vez que isso contribui diretamente para a otimização dos resultados financeiros e para o alcance da meta atuarial. Dando prosseguimento às discussões, Demétrius questionou se havia mais alguma dúvida ou sugestão a ser apresentada pelo Conselho. Neste momento, a conselheira Lea Vieira trouxe uma nova questão relacionada à possibilidade de aplicação direta em títulos públicos, principalmente diante do atual cenário de alta da taxa Selic. Ela ressaltou que os títulos públicos representam uma oportunidade relevante, especialmente pelo seu baixo risco e rentabilidade previsível, mas ponderou que a vinculação dos recursos até o vencimento poderia representar um entrave no caso de necessidade de liquidez. A partir desse questionamento, foi iniciada uma discussão entre os presentes sobre as vantagens e desvantagens desse tipo de aplicação, levando em consideração tanto o momento econômico favorável quanto a necessidade de flexibilidade na gestão dos recursos do Instituto. Durante o debate, Demétrius acrescentou que, dependendo do volume alocado em títulos públicos, poderia haver risco de desenquadramento em relação à política de investimentos, caso ocorressem variações inesperadas nas necessidades de liquidez do Instituto. Após ampla discussão e análise das implicações, o Conselho Deliberativo decidiu, por unanimidade, estabelecer o limite mínimo em 0% e o limite máximo em 10% para aplicações diretas em títulos públicos, com estratégia alvo fixada em 5%. Ficou ainda acordado que, ao longo do exercício de 2025, serão estudadas novas possibilidades de aplicação nesse segmento, com o objetivo de avaliar eventuais ajustes no limite máximo e na estratégia de alocação. Encerrada a discussão sobre os títulos públicos, a conselheira Lea Vieira informou que não tinha objeções aos demais itens apresentados na Política de Investimentos, reforçando a importância de manter um percentual majoritário em renda fixa, devido à sua estabilidade e previsibilidade. Os demais conselheiros, Aguinaldo Sena e Jefferson Ferreira, manifestaram concordância com a posição de Lea, destacando que a priorização da renda fixa deve ser mantida como base central da estratégia de investimentos, considerando o perfil conservador do MorenoPrev. Foram também discutidos os segmentos de investimento que constam como vedados na Política de Investimentos, com limite inferior e superior fixado em 0%. Após análise, o Conselho Deliberativo concordou em manter a vedação para esses segmentos, considerando que eles não se alinham com o perfil conservador adotado pelo Instituto e que poderiam representar riscos excessivos ao patrimônio previdenciário. Foi realizada uma votação e os conselheiros aprovaram, em unanimidade, a Política de Investimentos 2025. Antes de encerrar a reunião, a Diretora Executiva Elisângela agradeceu a participação de todos os presentes e ressaltou que a nova Política de Investimentos será implementada em conformidade com as decisões aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Reiterou, ainda, a importância de que o monitoramento da política seja realizado de forma contínua, com apresentação periódica dos resultados ao Conselho Fiscal, a fim de garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas e a adoção de eventuais ajustes necessários. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada.

Avenida Dantas Barreto, nº 1761 - Centro
Moreno(PE) | CEP 54.800-000
Tel. 81.3535.4819 | 3535.4563
morenoprev@moreno.pe.gov.br
CNPJ n.º 07.870.386/0001-31

Aguinaldo Sena
AGUINALDO SENA

Demétrius

Demétrius
Demétrius M. da Costa Coelho
Superintendente MorenoPrev
Mat. 036003

Elisângela
Elisângela Silva Trindade
Diretora Presidente
Mat. 036012